

Momento de apreensão

CARRION JÚNIOR

01 DEZ 1993

Hoje há mais apreensão pela ausência de uma política econômica clara e eficaz, de que pelos riscos das novas medidas que começam a ser conhecidas, e proximo-mente deverão ser anunciadas oficialmente pelo ministro da Fazenda.

Depois de março, começou a se consolidar a expectativa de chegarmos ao final do ano com um nível de crescimento elevado, o que, ao se confirmar uma previsão em torno de 6%, deixou momentaneamente de lado a prioridade do combate à inflação.

Passados seis meses, contudo, um crescente ceticismo começa a tomar conta da população e dos agentes econômicos. Persiste o crescimento da inflação, já no patamar de 35%, ao mesmo tempo em que arreface o crescimento industrial e econômico, trazendo para o centro da nossa economia o fantasma da estagflação — a convivência perversa e negativa de inflação e recessão.

O próprio ajuste fiscal, tão propalado há vários meses, só agora toma forma, através de uma medida particular e específica de aumento das alíquotas e contribuições federais em 5%. A expectativa era de uma proposta mais globalizante, que, se tivesse sido apresentada, por exemplo, dois ou três meses após a posse da atual equipe econômica, poderia ter se tornado o principal objeto da própria revisão constitucional. A inexistência, até hoje, de uma proposta tirou de pauta o único projeto de debate consensual na revisão, e que seguramente é uma das razões importantes de seu atraso. Hoje, infelizmente, qualquer reformulação mais abrangente está jogada para inícios de 95, e, portanto, fora do âmbito do atual Governo.

Perdido o prazo, que já era apertado, de uma reforma tributária abrangente, estamos agora andando em uma trilha de soluções parciais, capazes de devol-

ver a tranquilidade na administração do dia-a-dia fazendário, com a busca do equilíbrio fiscal.

A partir desse, equilíbrio tornar-se-ia viável, então, a aplicação de um plano de combate inflacionário efetivo, a partir de uma nova mecânica de indexação.

A proposta pretende primeiro unificar os indexadores, criando um novo indexador, que já se denomina de "Unidade de Referência — UR", de uso voluntário progressivo. A UR não carregaria a inflação passada, mas se basearia em uma prefixação, onde o atrelamento do câmbio e das próprias tarifas públicas procuraria resgatar sua credibilidade. Inclusive, como forma de garantir a confiança no novo indexador, seu uso seria inicialmente alternativo, enquanto o Governo tentaria ganhar confiança, até mesmo com prática de juros altos, para a sua generalização após o ajuste fiscal, até o final do ano, ou início de 94.

Essa alternativa tem um potencial não desprezível, especialmente se a política econômica for bem-sucedida, não só na área do ajuste fiscal, mas também no combate a outras causas da inflação, como a política oligopolista praticada pelos grandes grupos econômicos. O Governo teria até o final do ano, estes 30 dias, um espaço para consolidar o novo indexador, usando desde a sua paridade cambial até a política de preços públicos.

O prazo político e econômico está começando a se esgotar, grande é a expectativa social, em meio a uma situação onde não há espaço para rompimento de regras estabelecidas, mas ainda há um bom espaço para a colaboração social. A sociedade está cansada de esperar por resultados que não chegam nunca, mas nem mesmo isso consegue matar nossa esperança.

■ Carrion Júnior é economista e deputado federal pelo PDT/RS

JORNAL DE BRASILIA